

Carta aberta ao Ministro da Saúde

Exmo. Sr. Ministro da Saúde,

Têm vindo a ser denunciados, sucessivos casos de tempos de espera nos Serviços de Urgência manifestamente exagerados, tendo já sido registadas mortes sem que os doentes tivessem sido assistidos, resultantes da situação de ruptura a que chegaram muitos serviços do SNS.

Do Ministério da Saúde as justificações multiplicaram-se, procurando transferir responsabilidades quer para a gestão dos hospitais quer até para o pico de frio que assolou o país nessa altura.

Não fosse este um assunto demasiado importante, de verdadeiro interesse público, e poder-se-ia deixar passar os falaciosos argumentos divulgados como tentativa de explicação para o inaceitável: a vida de seres humanos é posta em causa por falta de assistência médica ao mesmo tempo que os técnicos de saúde são confrontados com más condições de trabalho e cada vez mais desvalorizados.

Nos últimos anos, os sucessivos desinvestimentos no SNS conduziram à saída de milhares de profissionais de saúde, à redução do número de camas até de doentes agudos, ao fecho de extensões, centros de saúde e urgências, ao aumento constante das taxas moderadoras, ao mesmo tempo, que as condições económicas e de vida dos portugueses se agravaram, factos estes que condicionaram o acesso ao SNS e resultaram numa rápida degradação deste, contrariando o espírito da Constituição da República Portuguesa de um SNS “geral, universal e tendencialmente gratuito”.

Em última análise e com a objectividade que a situação exige, a responsabilidade pela situação caótica nas urgências e mortes por alegada falta de assistência é do seu ministério e a culpa é das políticas que tem posto em prática.

Por tudo o que foi exposto, esta Plataforma afirma a necessidade de mudança de políticas, garantindo a todos os Portugueses o Direito à Saúde, com

- Uma gestão que respeite o princípio de equidade e o pleno acesso das pessoas aos cuidados de saúde de qualidade e o estatuto de todos os seus trabalhadores com valorização das carreiras e salários
- Reforço dos recursos humanos e equipamentos
- O fim das Parcerias Público Privadas (PPP)
- Alargamento da rede de cuidados continuados
- Serviços com mais capacidade de resposta e mais próximos das populações com medidas de reforço dos meios dos Cuidados de Saúde Primários (CSP)

Demita-se, Sr. Ministro!

PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

Comissão de Utentes da Cidade de Lisboa, Direcção Regional de Lisboa do Sindicato Enfermeiros Portugueses, FARPIL/MURPI, Movimento Democrático de Mulheres, Inter-Reformados CGTP-IN, Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, Sindicato Médicos da Zona Sul, Sindicato Trabalhadores das Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, União dos Sindicatos de Lisboa- CGTP-IN